

Documentação

Fonte: O Luso

Data: 14/09/96 Pg: 11

Class.: Caiapós

177

# Índios tomam cinco jornalistas como reféns

Profissionais de imprensa ficam 10 horas em poder de caiapós, com delegado e funcionários da Funai

Amaury Ribeiro Jr. e  
Deborah Berlinck

• SÃO PAULO e GENEBRA. Os caiapós tomaram ontem como reféns, por quase dez horas, cinco jornalistas na Aldeia Pukunu, em Redenção (PA), onde um delegado da PF e três funcionários da Funai continuam em poder dos índios na reserva, a cerca de 1.200 quilômetros de Belém. Os jornalistas Wilson Batista, do jornal "Folha de Carajás", Lourival Gomes e Paulo Antônio, da MBTV, e Elimar Veiga e Jackllengton Gonçalves, da TV Carajás, foram libertados no fim da tarde, depois de uma

longa negociação com os índios. Continuam reféns o delegado Íris João e os funcionários da Funai João Mello, Itamar Dias e Júnior Reinaldo.

— Eles bloquearam a pista de vôo dizendo que a gente não podia voltar — contou ao GLOBO Lourival Gomes.

Segundo ele, os caiapós fizeram ontem uma nova exigência para libertar os quatro reféns: a presença na aldeia do juiz Sebastião Fernandez de Jesus, da 3ª Vara Criminal de Brasília — que concedeu liminar suspendendo a extração de madeira e o garimpo na reserva, o que provocou a ira

dos índios. Além da revogação da liminar, os índios querem a liberação das madeiras cortadas que foram bloqueadas pela Justiça, a demissão do administrador da Funai em Redenção, João Mello, e o pagamento de uma dívida de R\$ 1,5 milhão contraída pelos índios no comércio da cidade.

— Não temos pressa. Se a polícia entrar, será recebida a bala — disse ao GLOBO o cacique Thiago Caiapó, da Aldeia Aucre, antes de embarcar de avião rumo à aldeia Pukunu, onde estão 23 caciques e 200 guerreiros.

No fim da tarde, o presidente da Funai, Márcio Santilli, entrou

em contato com aldeia e propôs aos índios o transporte dos reféns até Brasília, onde seriam retomadas as negociações. Mas a proposta foi rejeitada.

## ONGs protestam na Suíça contra decreto brasileiro

Enquanto isso, em Genebra, cinco ONGs internacionais de defesa dos direitos humanos divulgaram um manifesto contra o Decreto 1.775, que modifica o processo de demarcação das terras indígenas no Brasil. No documento, que será entregue hoje ao embaixador do Brasil na ONU, Gilberto Sabóia, as entidades Terra dos Ho-

mens, Comitê Europeu pela Demarcação de Terras, Movimento de Cooperação Internacional, Docip e Irmãos sem Fronteira acusam o Governo brasileiro de não respeitar a própria Constituição e alertam para novos conflitos nas áreas indígenas.

A geógrafa Pierrette Birraux-Ziegler, que dirige o Docip — um centro de documentação e pesquisa sobre povos indígenas — disse que pelo menos 12 ONGs suíças planejam pressionar o Governo suíço contra a liberação de fundos pelo Banco Mundial para a Amazônia, até que o decreto seja revogado no Brasil. ■